

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA INSERÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

THE CONTRIBUTION OF PSYCHOLOGY IN THE INSERTION OF STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENT IN HIGHER EDUCATION

LA CONTRIBUCIÓN DE LA PSICOLOGÍA EN LA INSERCIÓN DE ESTUDIANTES CON DEFICIENCIA VISUAL EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Larissa Gabriela Gonçalves Alves¹
Jeferson Batista Silva²

Resumo

O presente artigo retrata a experiência vivenciada no estágio básico III, que foi realizado durante o sétimo período do curso de Psicologia, no Núcleo de Apoio Psicopedagógico-NAP do Centro Universitário UNA, de Bom Despacho. O foco do estágio foi na Educação Inclusiva, pois é a maior demanda do setor. No período do estágio foi proposto o acompanhamento em sala de aula de um aluno com deficiência visual. Desempenhou-se assim o papel de intérprete educacional e fez-se a adaptação de materiais acadêmicos e aplicação de provas. Através da relação entre a teoria e a prática, buscou-se analisar a contribuição da Psicologia no processo de inserção de alunos com deficiência visual no ensino superior. Por meio dos resultados obtidos, foi possível entender que essas intervenções foram importantes para o processo de ensino e aprendizagem desse aluno.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Psicologia escolar. Necessidades educacionais especiais.

Abstract

This article depicts the experience accomplished with the basic stage III, which was conducted during the seventh period of the Psychology course, at the Psychopedagogical Support Center-NAP Center of UNA University of Bom Despacho. The focus of the stage was on inclusive Education, as it is the highest demand found in the sector. During the internship, it was proposed to accompany a visually impaired student in the classroom. Thus, the role of educational interpreter was performed, and academic materials were adapted, and tests were applied. Through the relationship between theory and practice, we sought to analyze the contribution of Psychology in the process of inserting students with visual impairment in higher education. Through the results obtained, it was possible to understand that these interventions were important for the teaching and learning process of this student.

Keywords: Inclusive education. Educational psychology. Special educational needs.

Resumen

Este artículo refleja la experiencia vivida en las pasantías básicas III, realizadas durante el séptimo periodo del curso de Psicología, en el Núcleo de Apoyo Psicopedagógico-NAP del Centro Universitario UNA, de Bom Despacho. Las pasantías se centraron en la educación inclusiva, pues esta es la demanda más importante del núcleo. Así, la pasante recibió la tarea de acompañar, en el salón de clases, a un estudiante con deficiencia visual. Asumió el rol de intérprete educacional y realizó la adaptación de materiales académicos y la aplicación de evaluaciones. Estableciéndose relación entre teoría y práctica, se trató de analizar la contribución de la psicología en el proceso de inserción de alumnos con deficiencia visual en la educación superior. Los resultados obtenidos permitieron entender que las intervenciones hechas fueron importantes para el proceso de enseñanza-aprendizaje de ese estudiante.

Palabras-clave: Educación inclusiva. Psicología escolar. Necesidades educativas especiales.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Una de Bom Despacho. E-mail: larigabi2015@gmail.com.

² Psicólogo Mestre em Gestão Social, Especialista em Gestão Pública em Terapia Comportamental, docente do Centro Universitário Una de Bom Despacho e orientador de estágio. E-mail: jefersonbatis@yahoo.com.br.

1 Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido durante o estágio básico III do curso de Psicologia do Centro Universitário UNA, de Bom Despacho. O foco de atuação deu-se com o trabalho de Inclusão escolar, na universidade, de um aluno com deficiência. Segundo a Lei Federal 13146/2015, a inclusão deve tratar de superar barreiras, exclusão ou omissão que impeçam o pleno exercício de cidadania. O trabalho realizado buscou exatamente apresentar estratégias para a superação das barreiras ao processo de aprendizagem deste aluno. Desta forma, o presente relato de pesquisa se estrutura com a apresentação da história do ensino superior no mundo e no Brasil, como forma de contextualizar o local da prática do estágio. Em seguida, discute a formação do campo da Psicologia Educacional no mundo e no Brasil, bem como a sua inserção nas universidades. Na sequência, apresenta discussão sobre a educação inclusiva, suas bases teóricas e princípios legais. A educação inclusiva, embora seja um conceito recente, pode ser definida como um modo de ensino que tem como finalidade a garantia de direitos de todos os alunos, inclusive dos que têm necessidades educacionais especiais. Desse modo, ela irá assegurar a igualdade de oportunidades, bem como a valorização das diferenças humanas. Os alunos devem incluir-se na mesma sala de aula de ensino regular, o que possibilita a eliminação dos obstáculos que podem surgir no processo de ensino e aprendizagem. Serão apresentadas as principais estratégias do trabalho de inclusão de um estudante com deficiência visual. Durante o desenvolvimento da experiência, se pode observar um processo de interação entre o estudante que precisava do apoio e da estudante que oferecia seus conhecimentos para propiciar este processo.

2 História do ensino superior no mundo

A origem das universidades se deu a partir do século XI, em uma cidade da Itália chamada Bolonha, onde já existia um centro de cultura denominado “Escola de Artes Liberais”. A partir daí começaram a surgir outras escolas episcopais, monásticas e particulares, onde se ensinava o curso de Direito. Surge assim a Universidade de Bolonha, que atraiu muitos alunos durante muitos anos. Sabe-se que naquele período o conhecimento era um privilégio para poucos e quem tinha condições para pagar se juntava com outras pessoas que também tinham interesse. Desse modo, se contratava um professor que estaria relacionado com alguns dos temas das chamadas “essências universais” e foi a partir disso que surgiu o conceito “universidade”.

Os homens medievais parecem ter concebido a universidade da mesma maneira que um artesão pobre considera uma criança brilhante, para cuja educação ele faz sacrifícios, e eles legaram recursos para as universidades com a mesma generosidade aberta com que faziam doações para as imensas catedrais góticas da Europa. [...] eles estavam impressionados pelo mistério da sabedoria contida nos livros, visto que para os iletrados cada livro tem o romance do segredo. (MINOGUE, 1981, p. 17).

Diante disso, é importante salientar que, na Idade Média, o indivíduo era visto como um ser divino, tendo como base o pensamento cristão medieval. Em relação ao ensino, existiam dois modos de se fazer, um era a leitura (*lectio*) e o outro era o questionamento (*quaestio*). Muitas universidades não tinham seus próprios prédios, portanto, as aulas podiam ser ministradas nas salas das abadias, nas casas dos professores ou até mesmo nas ruas das cidades. Em relação à conclusão de curso, se recebia o título de bacharel posteriormente à defesa oral, realizada diante de uma banca composta por até quatro mestres. Já a licenciatura era conquistada após dois anos, através da realização de estudos com a orientação de um mestre. Assim, a pessoa que tinha licenciatura poderia ensinar por sua conta própria.

A partir do século XII, as escolas de Paris já estavam começando a se desenvolver e atraíam estudantes de todo o país e de regiões próximas. A partir do século XIV, várias universidades começaram a se expandir por todo o território europeu.

No Brasil, antes da criação das primeiras universidades, os intelectuais migravam para Portugal para estudar. Mas esta situação começou a mudar a partir de 1808.

3 História do ensino superior no Brasil

O surgimento do ensino superior no Brasil se deu em 1808, com a vinda da família real portuguesa. As primeiras escolas criadas foram a de Cirurgia e Anatomia em Salvador, que atualmente é a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia; a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro, que é a atual Faculdade de Medicina da UFRJ; e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro. Depois de dois anos foi fundada a Academia Real Militar que é a atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ.

O desenvolvimento do Ensino Superior, até 1889, se deu muito lentamente, pois seguia o modelo de formação de profissionais liberais de faculdades isoladas, que garantia um diploma profissional e, com ele, possibilitava ao indivíduo ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho que era bastante restrito e que proporcionava prestígio social.

Já no período de 1890 a 1930, constituído pela Primeira República, acontece a descentralização das escolas federais, e possibilitou-se o surgimento das escolas privadas. Posteriormente, no Estado Novo, que terminou em 1945 com o governo de Getúlio Vargas,

foram fundadas as primeiras universidades. Segundo Santos e Cerqueira (2009), entre os anos de 1946 e 1960 foram fundadas 18 universidades públicas e dez particulares, em sua maioria católicas e presbiterianas.

Por volta de 1950, ocorreu um movimento estudantil que fez com que aumentasse o número de faculdades públicas. De acordo com Durham (2003), no início de 1964, com um novo regime autoritário, se produziu uma reforma do modelo de ensino superior e outra vez ocorreu um crescimento de instituições privadas. Também fez com que se extinguisse a associação de estudantes que até então havia sido a maior resistência à ditadura militar.

Finalmente em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Fies-Fundo de Financiamento Estudantil, que foi o sucessor do Crédito Educativo de 1976, posteriormente ampliado no governo de Luís Inácio da Silva (Lula). No governo de Lula foram criados os programas Prouni- Programa Universidade para Todos e o Sisu- Sistema de Seleção Unificada. Estes programas possibilitaram que o ensino superior se tornasse mais acessível, que pessoas com menos condições econômicas pudessem fazer um curso superior, financiando estes estudos ou entrando totalmente de graça.

Agora que se mostrou a história do desenvolvimento do ensino superior no mundo e no Brasil, é necessário fazermos um trajeto histórico para ver como a Psicologia começou a surgir nesse novo campo de trabalho.

4 História da Psicologia no ensino superior no mundo

Existem poucas produções sobre a história da atuação do psicólogo no ensino superior, devido às mudanças profissionais que foram muito importantes na história da Psicologia Escolar e Educacional e também por sua entrada recente no contexto da educação superior. De acordo com Machado e Souza (1997), trata-se de um espaço montado, de um recorte a partir de todos os ambientes da escola. É um novo espaço que se cria quando a Psicologia Escolar e Educacional entra na escola. Segundo Miranda, Vasconcelos e Colaço (2016), a partir da história do desenvolvimento da Psicologia, várias indefinições se encontravam na área de estudo da Psicologia Escolar, o que tornava a atuação do profissional uma mistura de campos, tanto no âmbito da avaliação como no clínico. Dessa forma, as respostas que se davam à pergunta “o que deve ou pode fazer o psicólogo na escola?” se dividiam em dois polos: ser um psicólogo clínico na escola ou ser um psicólogo organizacional da instituição escolar.

Segundo Pereira *et al.* (2002), foi na Europa e nos Estados Unidos que surgiram as primeiras abordagens da Psicologia no ensino superior, relacionadas aos serviços de Apoio Psicopedagógico. O foco principal da Psicologia nesse contexto era a intervenção de forma individual com os estudantes, através dos conflitos que os levavam a procurar esta ajuda profissional.

Em 1988, foi criado na Europa o Fórum Europeu de Orientação Acadêmica-FEDORA, uma organização de apoio aos estudantes da educação superior, composta por representantes de todos os países da comunidade europeia. A FEDORA estava organizada em quatro grupos de trabalho: orientação para a carreira e empregabilidade, orientação educacional e aconselhamento, inclusão e igualdade de oportunidades.

Nos Estados Unidos e em outros países, o Apoio Psicopedagógico tinha como função minimizar o insucesso acadêmico e o número de desistências. Esta intervenção tinha o objetivo de definir objetivos acadêmicos junto aos estudantes, tanto para o desenvolvimento de competências de aprendizagem e gestão do tempo, como para o autocontrole em situações de avaliação.

A partir dessas experiências, o número de Instituições de educação superior que ofereciam algum tipo de apoio psicopedagógico começou a crescer e todas tinham como objetivos principais a facilitação da transição e adaptação à vida universitária, a contribuição para o sucesso acadêmico e a promoção do desenvolvimento integral do acadêmico como cidadão e profissional.

Com isso, veremos adiante como a Psicologia no ensino superior surgiu no Brasil, que também teve influência da Europa e dos Estados Unidos para o início desse novo campo de atuação.

5 História da psicologia no ensino superior no Brasil

Não se sabe exatamente em que ano a Psicologia no ensino superior surgiu no Brasil, mas de acordo com Bisinoto e Marinho-Araújo (2011), o psicólogo escolar é inserido na Universidade de Brasília como parte da equipe institucional desde 1999.

De acordo com os estudos de Bariani *et al.* (2004), o trabalho do psicólogo no ensino superior estava relacionado com as categorias do corpo discente e com o processo ensino e aprendizagem; tinha os alunos como principais informantes e estava voltado para a investigação das mudanças e alterações que ocorriam nas características cognitivas ou afetivas dos estudantes ao longo do tempo.

Segundo Marinho-Araújo (2015), os psicólogos se encontram em setores relacionados com o atendimento dos alunos como, por exemplo, o Serviço de Orientação ao Universitário - SOU e o Serviço de Assistência ao Universitário - SAU. A atuação do psicólogo no ensino superior está relacionada com o acompanhamento e atendimento dos acadêmicos, especialmente quanto a problemas verificados no âmbito da adaptação à vida acadêmica e às novas relações sociais; à insatisfação com a escolha do curso e da profissão; e a questões ligadas diretamente aos processos de ensino e aprendizagem, relatados como distúrbios de concentração, falta de motivação, desorganização, não adaptação às metodologias de ensino.

Através das pesquisas realizadas sobre a atuação do psicólogo no ensino superior, podemos destacar que é um campo pouco explorado e que ainda está em pleno desenvolvimento. Apesar disso, hoje em dia a Psicologia no ensino superior tem como objetivo a orientação e acompanhamento psicológico; atribui-se ao psicólogo a assessoria nos processos de ensino e aprendizagem e o acompanhamento de alunos com necessidades educacionais especiais, baseado na Educação Inclusiva no ensino superior, campo que a maioria dos apoios psicopedagógicos das instituições brasileiras tem como seu principal foco.

Veremos a seguir como a Educação Inclusiva, que também é uma prática nova, se inseriu no ensino superior, e como exigiu das instituições o desenvolvimento de políticas de apoio e acompanhamento com ações que vão além da disponibilidade de vaga.

6 A educação inclusiva no ensino superior

Segundo Rogalski (2010), a Educação Inclusiva começou a ser debatida no Brasil somente na década de 1970. Aos poucos ela foi se tornando uma preocupação do governo, a partir da criação de instituições de ensino públicas e privadas, de órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

Desde então, a Educação Inclusiva passou a estar instituída nos documentos legais brasileiros, constando no Art. 5.º da Constituição Federal de 1988 e também na Lei 9394/96 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Essas leis determinam que pessoas com necessidades especiais sejam incluídas em salas de aula de ensino regular. Outros movimentos também foram importantes; por exemplo, a Conferência Mundial da Criança, que ocorreu em 1988, que tratava sobre o crescimento saudável da criança em diversos aspectos e responsabilizava os pais e o Estado pelo seu desenvolvimento pleno. Esse mesmo movimento serviu de base para que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA fosse elaborado.

No ano de 1990 foi elaborada a Declaração de Jomtien, na Tailândia, documento produzido durante a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos; esta declaração destacava os principais pontos de ação para se construir uma base sólida para a educação, para que ela atendesse às necessidades especiais dos alunos e que também fosse acessível para todos. Outro documento de forte impacto nas ações de inclusão educacional no Brasil foi a Declaração de Salamanca de 1994. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) tornou possível que ocorresse um grande avanço na inclusão das pessoas com deficiências na sociedade, inclusive na universidade. “A LBI veio para mostrar que a deficiência está no meio, não nas pessoas. Concluímos, então, que: quanto mais acessos e oportunidades uma pessoa dispõe, menores serão as dificuldades consequentes de sua característica” (BRASIL, 2015, p. 13).

Segundo Pacheco e Costas (2006), a Educação Inclusiva no ensino superior tem como base o Relatório das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, onde diz que devem ser adotadas todas as medidas cabíveis para se conseguir uma integração de jovens e adultos com necessidades especiais em toda e qualquer tipo de rede de ensino e programas de formação profissional. Desse modo, o Brasil optou por atender às necessidades especiais dos alunos nas classes comuns, integrando-os com os demais em todas as modalidades de ensino.

Para que a Educação Inclusiva seja possível no contexto do ensino superior, é necessário que exista um setor responsável e que conte com materiais financeiros e humanos que a sustentem. Sabe-se que existe uma preocupação do governo e das instituições em oferecer Educação Inclusiva, entretanto, ela está em fase experimental e inicial. Portanto, muito ainda precisa ser feito e muitas atitudes psicopedagógicas precisam ser discutidas e avaliadas.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo, como: formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptação do currículo, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo. Torna-se necessário a criação de comissões ou núcleos na própria instituição responsável pelo desenvolvimento de ações que propiciem a inclusão. (Pacheco; Costas, 2006, p. 158)

Ainda falta muito para que a Educação Inclusiva chegue ao alinhamento da prática com a teoria, em relação às leis criadas para garantir os direitos de educação. A Psicologia

tem uma grande contribuição para a inclusão e a execução de políticas públicas que irão garantir a Educação Inclusiva aos que necessitam.

7 A atuação da Psicologia nas estratégias de inclusão

O acompanhamento em sala de aula teve como objetivo auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de um aluno com deficiência visual; os estagiários foram os mediadores para que isso se tornasse possível. Com isso, na sala de aula todo o contexto era adaptado para que o aluno não encontrasse dificuldade. É importante destacar que ele tinha permissão de gravar todo o conteúdo da aula em um gravador próprio, para fazer mais fácil o entendimento da matéria. Sentava-se na frente, e o estagiário que o acompanhava ao lado, disponível o tempo todo.

Por ser um curso da área da saúde que demanda não só teoria, mas também muita prática — especialmente as aulas de Neurologia que acompanhamos nesse lapso —, era necessário maior cuidado para o pleno entendimento desse aluno. Com isso, se descrevia cuidadosamente cada imagem e vídeo apresentados e também se realizavam demonstrações para que o aluno pudesse entender os conceitos que muitas vezes se configuravam em movimentos. Além da sala de aula, houve a oportunidade de acompanhar uma prática no laboratório, que demandou um nível maior de atenção ao aluno, para que pudesse seguir as demonstrações feitas com materiais relacionados ao seu curso. Era necessário que o aluno tocasse os materiais, além da explicação de posição e movimentos; mesmo assim, se o aluno não entendesse, era necessário buscar outras maneiras para que não continuasse com dúvidas.

Além de todas essas tarefas, era preciso um olhar mais atencioso com esse aluno, principalmente um olhar psicológico. Muitas vezes, se queixava de que a matéria estava muito difícil, que não estava conseguindo entender e se mostrava bastante ansioso com isso. Portanto, era necessário acalmá-lo, explicar que era normal ter dificuldades por ser uma matéria com muitos conceitos e estar disponível para tirar todas as dúvidas possíveis, contando claro com a ajuda do professor e também do psicólogo analista.

Em horários em que o aluno não tinha aula, se realizava uma monitoria, de maneira que o aluno ia para uma sala do NAP para revisar alguma matéria ou realizar algum exercício avaliativo. Por ser um aluno com deficiência visual e que no momento não estava utilizando o Braille, era necessário descrever todos os exercícios avaliativos, bem como as provas, realizadas também no NAP. Se o aluno não se sentisse confortável em realizar a prova na data

marcada pelo professor, ela poderia ser remarcada para que ele a realizasse com mais confiança.

Como o aluno não utilizava o Braille, tinha em seu notebook um sistema leitor de tela e assim conseguia realizar a leitura de todo o material apresentado em sala de aula. Entretanto, este sistema só realizava a leitura em arquivos Word e, como a maioria dos professores utilizava o PowerPoint ou o Pdf, era necessário fazer a adaptação de todos esses materiais, incluindo descrições de imagens e gráficos. Desse modo, estas ações garantiam o acesso a todas as informações.

Algo que sempre se observou no período de estágio, é que aprendemos junto com o aluno, ou seja, muitas vezes quem traz a solução para os problemas são os próprios alunos, e esse processo de trocas é muito enriquecedor.

8 Considerações finais

Em síntese, esse trabalho teve como objetivo analisar a contribuição da Psicologia no processo de inserção de portadores de deficiência visual no ensino superior. Através dessa experiência, foi possível compreender que o papel do psicólogo é de suma importância, assim como a assistência do setor NAP, pois, sem eles, a inserção desses alunos traria muitas dificuldades.

Desde a entrada do aluno com deficiência visual no setor, realizou-se todo um acompanhamento com ele sobre as suas principais demandas. O NAP é um setor que está em pleno desenvolvimento, por isso, em cada semestre surgem outras atividades, com o mesmo foco ou até mesmo diferentes, sempre através das demandas dos alunos acompanhados.

O acompanhamento do aluno em sala de aula possibilitou uma melhor compreensão das dificuldades que apresentava, para que se pudessem realizar as intervenções necessárias além de oferecer um acompanhamento ativo em seu desenvolvimento.

Portanto, esta experiência foi bastante nova tanto para o aluno quanto para os estagiários, pois foi uma proposta diferente do que normalmente se fazia no NAP; no final, ela trouxe muitos resultados positivos. Esse acompanhamento contribuiu muito para que o aluno se sentisse mais motivado para a aprendizagem das matérias, sem sentir-se “um peso” para os professores e demais alunos de sua sala e, o mais importante, para não desistir da conclusão do seu curso, apesar das dificuldades encontradas.

Referências

BARIANI, Isabel Cristina Dib *et al.* Psicologia escolar e educacional no ensino superior: análise da produção científica. **Psicol. esc. educ.**, Campinas, v. 8, n. 1, 2004. p. 17-27. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572004000100003&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 10 abr. 2019.

BISINOTO, Cynthia; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar na educação superior: atuação no distrito federal: atuação no Distrito Federal. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 111-122, mar. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-73722011000100013>.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 22 abr.2019.

DURHAM, Elena Sampaio. **ensino superior no Brasil: o público e o privado**. São Paulo: NUPES, USP, 2003. Documento de trabalho 03/2003.

MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença Rebelo de. **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 63.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2015. p. 155-202.

MINOGUE, Kenneth R. **O conceito de universidade**. Tradução: Jorge Eira G. Vieira. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 17.

MIRANDA, Amanda Antunes ; VASCONCELOS, Cibele Maria Gouveia de; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. O funcionamento da escola e a atuação do psicólogo: o projeto político pedagógico como mediador dessa relação. **Revista de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 73-80, 2016.

PACHECO, Renata Vaz; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, [s.l.], n. 27, 2006. p. 15-167. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4360/0>. Acesso em: 13 mai. 2019.

PEREIRA, Anabela *et al.* A situação dos serviços de aconselhamento psicológico no ensino superior em Portugal. **RESAPES**, Portugal, v. 2, p. 6-55, jan. 2002. Disponível em: <http://resapes.pt/dossiers/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

PEREIRA, Rosamaria Reo *et al.* Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 147-160, mar. 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X19898>.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do Ideau**, Getúlio Vargas, v. 5, n. 12, 2010 p. 2-13. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4482065-Historico-do-surgimento-da-educacao-especial.html>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9, 2009, Florianópolis **Anais** [...]. Florianópolis 2009. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=ensino-superior-trajetoria-historica-epoliticarecentes>. Acesso em: 25 mai.2019.